

O papel do trabalhador jovem diante do mercado de acumulação flexível

G. O. S. da Silva^{1 2}

¹*Núcleo de Pós-graduação e Pesquisas em Ciências Sociais (NPPCS), Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil*

²*Grupo de pesquisa Educação, formação, processo de trabalho e relações de gênero (CNPq/UFS)*
grasielaoss@hotmail.com

Mudanças na economia mundial acabaram provocando profundas transformações no mundo do trabalho, estimulando o crescimento da informalidade e do desemprego. Muitos indivíduos tiveram que se inserir nessa nova lógica de mercado como um recurso e abrigo face à escalada do desemprego. As características que os indivíduos trazem consigo, como o sexo, a idade e a cor e que, portanto, estão inscritas no corpo e na cultura como gênero, geração e etnia são fatores influenciadores da sua inserção nas atividades mais precárias e pior remuneradas. Dentro de todo esse contexto, os jovens acabam se transformando na mão-de-obra mais fácil de ser recrutada pela informalidade.

Palavras-chave: juventude, informalidade, desemprego.

Changes in the global economy eventually led to profound changes in the world of work, stimulating the growth of informality and unemployment. Many individuals had to enter into this new logic of the market as a resource and shelter for the rise in unemployment. The characteristics that individuals bring with them such as gender, age and color and, therefore, are inscribed on the body and culture as gender, generation and ethnicity are factors affecting their participation in the activity more precarious and lower paid jobs. Within that environment, young people end up becoming the labor force more easily recruited by the informality.

Keywords: youth, informality, unemployment.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a corrente histórica marxista, o capitalismo edifica-se a partir de uma lógica imanente de maximização de lucros, cuja forma de produção começa a ganhar espaço com a implantação do sistema fabril e a evolução tecnológica aplicada na produção. Marx *apud* Oliveira [1] diz que a grande indústria universalizou a concorrência e, dessa forma, criou os meios de comunicação e o mercado mundial moderno; transformou todos os capitais em capital industrial e, com isso, levou todos os indivíduos ao desdobramento da sua energia. Tais mudanças não se refletiram apenas no setor econômico, todos os outros foram atingidos, as relações sociais, portanto, passaram a ser substituídas pela relação de dinheiro.

O capitalismo inaugura um período que privilegia e valoriza o mundo das coisas em detrimento da valorização do mundo dos homens. Portanto, o surgimento da indústria fez com que homens e mulheres estabelecessem uma relação de dependência com o capital de tal forma que sua identidade enquanto sujeito passa a ser reduzida à lógica do capital. Sua identidade não lhe pertence mais, pois agora é o mercado que a define; hoje eles não são nem donos da própria força de trabalho, pois esta está submetida à venda assim como qualquer mercadoria por ele produzida.

O trabalho, portanto, incorpora uma dimensão negativa à medida que impede a realização plena da subjetividade humana. Se o trabalho não desenvolve um potencial humano emancipador, ele acaba o alienando, explorando. O trabalho cria, mas também subordina; se ele não se desenvolve nas condições dignas de respeito à integridade humana, ele infelicitiza o ser social, degradando-o e escravizando-o [2].

Foi por volta da década de 1980 que o Brasil começou a apresentar baixas taxas de expansão econômica, devido ao aumento da inflação, ao crescimento da dívida interna e externa e a elevada taxa de juros. Porém, mesmo em meio a toda essa crise, foi dez anos mais tarde, em 1990, que, segundo Pochmann [3], o país entrou no pior período de desempenho econômico,

caracterizado por fortes e constantes oscilações na produção econômica e pelo elevado índice de desemprego, que por sua vez fez surgir formas de trabalho independentes e autônomas, nas quais os próprios trabalhadores exploram a sua força de trabalho para o capital e permitem ser lesados nos seus direitos trabalhistas.

A crise trouxe como consequência a reestruturação do capital, buscou-se reorganizar o sistema capitalista procurando preservar os seus elementos essenciais. Em meio a essa crise, as formas de produção taylorista/fordista foram perdendo forças para as novas formas de acumulação flexível e o sistema de produção toyotista. Sistema edificador de um modelo produtivo que se contrapõe as tarefas repetitivas e predeterminadas dos paradigmas taylorista/fordista e que se edifica como uma gestão que visa a polivalência e a multifuncionalidade do trabalhador.

Com a inclusão de um capitalismo flexível, a mão-de-obra trabalhista torna-se cada vez mais heterogênea, englobando indivíduos de todas as classes sociais; contudo, vale frisar que a inserção desses indivíduos nessa nova organização trabalhista dá-se de forma diferenciada de acordo com as categorias biossociais.

As características que os indivíduos trazem consigo, como o sexo, a idade e a cor e que, portanto, estão inscritas no corpo e na cultura como gênero, geração e etnia são fatores influenciadores da sua inserção nas atividades mais precárias e pior remuneradas. O biológico é usado para “justificar” e determinar o poder de dominação sobre os indivíduos, negros, jovens e idosos. Vale ressaltar que gênero é um conceito que possibilita analisar sobre as hierarquias sexuais existentes na sociedade, não podendo ser considerado como um estudo da mulher; ele surge para questionar as relações de poder existentes entre ela e o homem, onde este se apresenta a partir de uma dominação natural e inquestionável [4].

As categorias gênero, raça e classe podem ser consideradas como categorias relacionais ou de experiência, “...expressam diferenças, oposições, conflitos e/ou identificações, alianças e hierarquias provisórias entre os indivíduos ou grupos.” [5]. Embora as suas consequências sejam mais marcantes nas categorias biossociais, essa nova forma de organização do capital acabou gerando desemprego e precarização em todos os tipos de força de trabalho humana.

As mudanças oriundas da nova organização do trabalho, associado ao elevado aumento do desemprego e ao quadro de precarização tem tornado os jovens um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho devido a uma ausência de uma qualificação exigida. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE) realizada em 2007, o Brasil possui cerca de 50,2 milhões de jovens inseridos na faixa etária entre 15 e 29 anos, esse número corresponde a cerca de 26,4% do total da população brasileira.

O ingresso no mundo do trabalho representa tradicionalmente uma passagem de vida, representa a transição de um período juvenil para o adulto; porém, é cada vez mais cedo que isso acontece, seja em busca do seu próprio dinheiro seja para ajudar no sustento da família, o fato é que ao se inserem no mercado de trabalho os jovens acabam muitas vezes abandonando os estudos e se distanciam da conquista por um trabalho formal. “... dados do PNAD para o Brasil, referentes a 1993, mostram que 86,1% da população empregada começou a trabalhar antes de dezoito anos. Olhando apenas a faixa etária de 10 a 14 anos, vemos que 48,6% dos trabalhadores iniciaram a sua vida de trabalho nessa fase de sua vida” [6].

2. O TRABALHO DO JOVEM NO SETOR INFORMAL

No Brasil, a taxa de desemprego geral subiu de 3% em 1989 para mais de 8% em 1997 e para cerca de 10% em 1999 (11,6% entre a população economicamente ativa urbana). Para o total do grupo de 10 a 24 anos, a taxa triplicou de cerca de 5% em 1989 para mais de 14% em 1997; em 1999 passou para cerca de 20%, com variação significativa entre diversas faixas etárias, por exemplo, 17,2% para os de 20 a 24 anos e 27,8% para os de 15 a 19 anos [7]. A taxa de desemprego dos jovens em 2008 é de 16% (adulto: 5%). O desemprego não é o único problema que os jovens enfrentam no mundo do trabalho: 31 milhões trabalham na informalidade ou em

condições precárias; 22 milhões não estudam e nem trabalham (dos quais 72% são mulheres e 28% são homens). As dificuldades de acesso ao mercado de trabalho dos jovens são gritantes: 20% do emprego total; mais de 31% do total de anos de escolaridade; mais de 40% do total de acesso a tecnologias de informação; recebem somente 10% da renda do trabalho. Essas condições estão relacionadas entre outros fatores à visão difundida de que a juventude é um grupo disposto a aceitar piores condições de trabalho em troca de experiência.

É gritante o número de jovens inseridos nos diversos espaços informais da cidade de Simão Dias; muitos desempenham atividades na feira livre, outros nos diversos estabelecimentos comerciais e muitas das mulheres encontram-se inseridas nos espaços domésticos. São jovens que em sua maioria não conseguiram terminar os seus estudos, já que a jornada de trabalho tem hora para iniciar, mas não tem para terminar. Os que trabalham nos estabelecimentos comerciais pegam no batente geralmente às 6 horas da manhã e chegam a sair, muitas vezes, às 20 horas. As mulheres que desempenham as atividades domésticas também chegam cedo, muitas até residem nos seus locais de trabalho e dividem todo o seu tempo com atividades de lavar, passar, cozinhar, cuidar da casa e dos filhos das patroas. São sujeitos sem força para questionar essa situação indigna à qual estão submetidos, pois diante de um grande número de jovens jogados no mundo a mercê do seu destino, acreditam que é melhor garantir o que “conquistaram”, nem que para isso precisem abrir mão dos seus anseios, sonhos, desejos, ou seja, da sua própria subjetividade.

As atividades que esses jovens desempenham nos diversos espaços informais trazem consigo resquícios de uma sociedade patriarcalista, que determinam quais as atividades que devem ser desempenhadas pelos homens e pelas mulheres. Olhar esses jovens trabalhando nos possibilita analisar que as atividades que exigem mais força são destinadas aos homens, como por exemplo, a função de pegar carrego, de engraxar sapatos, de carregar caixas de mercadorias, dentre outras; às mulheres são destinadas as atividades que vêm para firmar e confirmar a sua feminilidade, fazer cordinhas de “dicuri” (que consiste em pegar uma linha com agulha e ir enfiando o dicuri até formar uma cordinha), vender comidas, trabalhar nas residências, e assim por diante.

Vale ressaltar que a proporção de ocupados nos espaços informais é tanto maior quanto menor é o seu grau de instrução. O nível de escolaridade dos jovens que se encontram inseridos na informalidade é muito baixo, e isso se deve a incompatibilidade de horários entre o trabalho e a escola, as longas jornadas de trabalho às quais estão submetidos não oferecem possibilidades de escolhas; a falta de estímulo dos pais no futuro educacional dos seus filhos e a não identificação desses com a escola, pois muitas vezes essa instituição acaba reproduzindo as desigualdades sociais. Bourdieu [8] tem uma compreensão sociológica de que a escola não é neutra, pois esta trata todos por igual, ou seja, todos assistiriam às mesmas aulas e estariam submetidos às mesmas regras, sendo estas, reflexo dos ideais dominantes. Ele lança o seu olhar para o fato de que as chances dos sujeitos são desiguais e uns teriam condições mais favoráveis de atender as exigências da escola. Assim, ao invés de assumir uma postura transformadora, a escola acaba reproduzindo e reforçando as desigualdades sociais.

Outro fato bastante marcante é que as mulheres são as que mais se inserem nesses espaços informais. Antunes [2] diz que a força de trabalho feminina concentra-se, sobretudo, no desenvolvimento das atividades mais precárias, ou seja, a maioria delas encontra-se inserida nos espaços da informalidade e mesmo neles apresentam desníveis salariais acentuados em relação ao homem, mesmo executando jornadas de trabalho mais longas. As mulheres encontram-se nas feiras livres, nas empresas comerciais e nas residências, e nesses lares chegam a ganhar míseros R\$ 100,00 por todo o suor derramado em um mês de atividades degradantes à sua subjetividade.

A inserção de tantos jovens inseridos na informalidade acaba mascarando a verdadeira realidade do município de Simão Dias, no qual um elevado número de indivíduos situados na juventude encontram-se desempregados, sem estudos e, portanto, sem grandes perspectivas de um futuro mais digno. A ausência de políticas públicas voltadas para a formação integral dos jovens, incluindo uma boa educação, cursos profissionalizantes, oferta de emprego; é um fator determinante para que eles se insiram na informalidade do trabalho.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Revel [9], o aumento do desemprego e do trabalho informal no Brasil é reflexo da fraqueza do seu mercado formal de trabalho frente às estruturações da economia globalizada. Uma economia que se tornou flexível e que por isso possibilitou uma ampliação da informalização das relações de trabalho e acabou constituindo-se num desafio à construção da cidadania dos trabalhadores. De acordo com Neri [10], o problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego ou à quantidade de empregos que se encontra disponível, mas sim na qualidade e condições em que esses trabalhos são desenvolvidos. A precariedade do trabalho brasileiro está na informalidade e o debate brasileiro ao focar a sua análise sobre o desemprego, acaba, portanto, excluindo os pobres. Como diz Neri [10], em seu artigo *Desemprego, informalidade e pobreza*, “pobre não pode se dar ao luxo de buscar emprego; pobre cai na informalidade”.

A informalidade expandiu-se de tal forma que não atinge mais uma população homogênea. Ela tornou-se um fenômeno de tamanha proporção que quase ninguém consegue escapar dele. Hoje encontramos homens, mulheres e, até mesmo, crianças e idosos inseridos nessa lógica do mercado informal. De acordo com a OIT [7], de um total de 3 milhões de pessoas economicamente ativas, havia cerca de 1 milhão delas exercendo atividades de sobrevivência, isso sem incluir o contingente de pessoas que não deveriam estar incluídas nesse mercado – as crianças e os idosos.

Seja como única alternativa de sobrevivência ou como uma possibilidade de inserir-se no mercado de trabalho, o fato é que o fenômeno da informalidade vem crescendo de forma considerável e atingindo um maior número de trabalhadores. Ela constitui-se, portanto, como um refúgio dos “sem opção”. O desemprego e a precarização das condições de trabalho estão presentes no mundo, e tais situações constroem ainda mais o desenvolvimento de uma subjetividade autêntica dos indivíduos que aí se encontram inseridos, uma subjetividade particular diante de um mundo que se encontra dominado pelo poder do capital.

-
1. OLIVEIRA, C. R.. *História do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995.
 2. ANTUNES, R. A era da informatização e a época da informalização: riqueza e miséria do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007.
 3. POCHMANN, M.. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? In: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 25, nº 87, 2004, p. 383-399. Disponível em <www.ceds.unicamp.br> Acesso em 01 de dezembro de 2007.
 4. CRUZ, M. H. S. *Trabalho, gênero e cidadania: Tradição e Modernidade*. Aracaju: Editora UFS, 2005.
 5. MOTTA, A. B. Teoria de geração na perspectiva de gênero. In: CRUZ, M. H. S.; ALVES, A. A. C.. *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracaju, REDOR, NEPIMG/UFS/FAP-SE, 2005.
 6. MARTINS, H. H. T. de S. *O jovem no mercado de trabalho*. São Paulo: USP, 1997.
 7. Cf. OIT-Brasil: *Desemprego juvenil: Em busca de opções à luz da experiência internacional* (Brasília, Estação Gráfica para a OIT, 2001, 2ª Edição).
 8. BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Petrópolis: Vozes, 2008.
 9. REVEL, D.. A política de qualificação profissional na luta contra o desemprego no Brasil – cidadãos e cidadãos produtivos. In: CRUZ, M. H. S.; ALVES, A. A. C. *Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos*. Aracaju, REDOR, NEPIMG/UFS/FAP-SE. 2005.
 10. NERI, M.. Desemprego, informalidade e pobreza. In: *Temas Sociais: conjuntura econômica*. Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em <www.fgv.br/ibre/cps/artigos/conjuntura/2001> Acessado em: 05/03/2009.
 11. TAVARES, M. A.. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2004.